
PORTUGAL E A ALIANÇA ATLÂNTICA

PORTUGAL E A ALIANÇA ATLÁNTICA

As armas nucleares e a possibilidade do seu lançamento entre continentes podem, à primeira vista, fazer-nos duvidar da validade dos velhos conceitos geopolíticos. A galopante revolução da tecnologia das armas e dos transportes fez, com efeito, passar de moda a geopolítica clássica. No entanto, a natureza continental da Eurásia («Heartland», Ilha Mundial ou Grande Continente) e a característica insular da América, mantêm válidas as tradicionais realidades da geopolítica.

A periferia («Rimland») da Eurásia incluindo as ilhas e os mares adjacentes, constitui o motivo de disputa actual entre os chamados Oriente e Ocidente. Verifica-se nos nossos dias um conflito inerente entre o poder do «Heartland», assumido agora pela União Soviética, e as alianças marítimas, encabeçadas pelos EUA, para a defesa eficaz da zona periférica compreendida entre a Noruega e a Coreia do Sul e Japão. A URSS pretende alcançar a hegemonia mundial através de uma estratégia indirecta de envolvimento visando o domínio do «Rimland» euroasiático. Os EUA defendem-se cercando a Eurásia com uma cadeia de posições de força de modo a conter aquela expansão. A última posição estabelecida foi a nova base aeronaval de Diego Garcia, no Índico.

O conflito Este-Oeste sempre foi uma característica permanente das relações internacionais. Porém, o aspecto mais pressionante, perigoso e potencialmente fatal do mundo contemporâneo, é o facto de nos encontrarmos a meio caminho de uma mudança de poder relativo e de influência da União Soviética, de proporções históricas e que promete adquirir um significado permanente se não for combatido com inteligência e persistência. Verificam-se ainda outros factos, nomeadamente a mudança de poder económico/financeiro para os principais produtores de petróleo. A chamada era da dissuasão está a encobrir a era da guerra dos recursos onde se

salienta a política soviética de procurar subtrair aos EUA, Japão e CEE, as riquezas minerais da África e do Médio Oriente. Os meios utilizados são de duas categorias:

Desenvolvimento do poder naval com vista a ameaçar as comunicações marítimas no Atlântico e Pacífico.

Obtenção do controlo das fontes de fornecimento das matérias-primas através de forças pró-soviéticas.

A esta estratégia global da União Soviética, responde o Ocidente com soluções improvisadas e simplistas, quando o que importa são os resultados a longo prazo. Alguns ocidentais não souberam, por exemplo, avaliar a importância que o continente africano representa na disputa em causa.

Por ser o factor mais permanente, a geografia constitui sempre o principal elemento da política externa de cada país. Em relações internacionais deve pensar-se geopoliticamente. Assim, por imperativos geográficos, o «Heartland» e o «Rimland» não deverão nunca ser dominados por um único poder. Daí a razão da entrada dos EUA na Primeira e Segunda Grandes Guerras e nas guerras do Sueste Asiático. A disputa pelo controlo do estreito de Ormuz, por onde sai um petroleiro carregado em cada 4 minutos, pode em breve dar origem a mais uma guerra pelo controlo e domínio do «Rimland». A periferia da Eurásia será sempre o dique de segurança para os EUA, pelo que nunca se deverão esquecer que serão sempre afectados, quer na paz quer na guerra, pela natureza do poder reinante na Europa e na Ásia. Daí a frequente acusação, feita inclusive por alguns americanos, de que a actual política estratégica daquele país é por vezes inadequada.

A ideia de alguns geopolíticos de que o futuro haveria de ser definido pela oposição entre poder naval e poder terrestre tem-se mostrado cada vez mais verdadeira. Porém, a previsão de que o poder terrestre dispunha de inerente e crescente vantagem de capacidade sobre o poder naval não saiu certa. Com efeito, apesar das distâncias, os EUA podem transportar homens e material para as costas sul e leste da Eurásia mais facilmente do que a URSS. Os oceanos e o ar combinados constituem vias de comunicações que permitem projectar poder em qualquer posição do «Rimland».

A NATO foi criada para a defesa do «Rimland» europeu contra a ameaça de acções directas do «Heartland» soviético. Com efeito, na periferia

da Eurásia, assume primordial importância o controlo da Europa Ocidental, que pode ser obtido pela União Soviética de três formas:

Conquista militar.

Afinlandização.

Controlo das principais fontes de energia, particularmente o Médio Oriente.

No tratado do Atlântico Norte, assinado em 4 de Abril de 1949, foram dois os objectivos visionados pelos signatários:

Evitar a agressão e repeli-la se ela se verificasse.

Cooperação nos campos político, económico e social.

No artigo 5.º ficou acordado que um ataque armado contra o território europeu ou norte-americano, de um ou mais países signatários, seria considerado como um ataque contra todos estes 15 países e, conseqüentemente, todos eles recorreriam à força para defesa, recuperação e manutenção da segurança na área do Atlântico Norte. Decorridos 30 anos, verifica-se que aquele primeiro objectivo foi plenamente alcançado, na sua função dissuasora, pelo que constitui uma garantia eficaz a ter em consideração na política da defesa dos países signatários, particularmente pelos pequenos países sem possibilidade de obtenção dos meios dissuasores estratégicos e táticos que garantam a segurança militar do seu território.

Por conseguinte, a NATO deve ser considerada como um todo onde se verifique a coordenação estratégica entre as forças dos EUA e dos seus aliados, competindo a cada país membro dar uma contribuição em função da sua capacidade económica e situação geográfica. Para os países atlânticos mais pequenos, a colaboração pode resumir-se a determinadas áreas, como sejam: escolta a combóios, rocega/caça de minas e defesa de portos.

No caso de Portugal, a posição estratégica dos Açores, da Madeira e do próprio continente é extremamente importante para o controlo do Atlântico Norte e para o reforço estratégico da Europa. Por essa razão, somos, a seguir à Grã-Bretanha, o País com maior número de infra-estruturas NATO no âmbito do SACLANT.

Atingida a paridade nuclear Este-Oeste é cada vez maior a possibilidade de não haver guerra nuclear, à semelhança do que se passou com os

agentes químicos na última guerra. Os estrategos falam cada vez mais na possibilidade de haver apenas guerra convencional. Uma confrontação desta natureza será forçosamente mais prolongada e exigirá o transporte de grandes quantidades de material para a Europa, nomeadamente do continente americano.

Actualmente a Europa importa 70 milhões de toneladas/ano. No primeiro meio mês de guerra as estimativas indicam que serão necessários cerca de 1000 navios para o transporte de mais de um milhão de toneladas de material militar proveniente dos EUA, além de algum pessoal (100 000 homens); o restante pessoal (900 000) será transportado via aérea. O consumo diário de combustível pelas forças militares andarás próximo das 100 000 tons/dia. Na totalidade, o reabastecimento da Europa exigirá cerca de 5000 navios.

Mesmo sem considerar a provável invasão do norte da Noruega, o que faria aumentar o raio de acção dos bombardeiros soviéticos e facilitaria o acesso dos seus submarinos e navios ao Atlântico, todo aquele fluxo do reforço destinado à Europa terá provavelmente que seguir uma rota mais a sul passando possivelmente entre os Açores e a Madeira, pelos seguintes motivos:

O mau tempo que se faz sentir normalmente em áreas mais ao norte do Atlântico afecta o rendimento operacional dos navios, particularmente os escoltas, proporcionando por conseguinte maiores vantagens ao submarino que é muito menos afectado pelas más condições de mar.

As condições sonar ao longo do ano são, de uma forma muito geral, no caso dos modernos sistemas de detecção utilizados pelas forças anti-submarinas, mais favoráveis quando optam por rotas mais ao sul.

As rotas directas colocariam os reforços para o continente europeu mais tempo dentro dos alcances dos bombardeiros BACKFIRE, obrigando ao emprego de protecção aérea durante quase metade da travessia, o que não seria possível para todos os casos.

A escolha de rotas passando próximo dos arquipélagos dos Açores e da Madeira e ainda do continente europeu, permitirão que, quer os aviões MPA de guerra anti-submarina, quer os aviões tácticos destinados à protecção antiaérea (antiavião e antimissil), possam não só perma-

necer mais tempo na área de acção, visto serem encurtados os tempos gastos nos trânsitos, como também acorrer mais rapidamente a pedidos urgentes para a intercepção de forças inimigas em aproximação.

Uma outra forma de baixo custo/eficácia de contribuir para a defesa integral da área poderá ser conseguida, num futuro não muito distante, através de sistemas de escuta submarina assentes no fundo do mar, ao largo da costa de Portugal continental e das Ilhas Adjacentes, com vista a detectar submarinos a grandes distâncias e encaminhar as unidades ASW, isto é, helicópteros e aviões baseados em terra, e navios (com aéreos embarcados) para o contacto. Admitindo, por exemplo, um alcance eficaz de 400 milhas, o que é um alcance frequente relativamente às possibilidades dos equipamentos SOSUS americanos, onde se têm registado casos de detecção e identificação a 3000 milhas, toda a nossa área oceânica ficaria abrangida por aquele sistema.

De acordo com o nosso cenário local, o submarino armado de mísseis, torpedos e minas constitui a única ameaça previsível, uma vez que os aviões e navios do Pacto de Varsóvia, serão interceptados antes de atingirem a nossa área (ARCONT, ARAÇORES e ARMADEIRA). Por outro lado, além das 11 ilhas atlânticas habitadas, o nosso continente é também de certo modo uma ilha, pois cerca de 96% das nossas importações (petróleo, matérias-primas, produtos alimentícios, etc.) chegam através da via marítima. Para enfrentar tão grande vulnerabilidade, parte apreciável do nosso esforço militar deveria incidir na obtenção de meios que contribuam para assegurar um mínimo indispensável daquele fluxo de importações. Estas (16 milhões de toneladas em 1978) poderão ser reduzidas mas não completamente eliminadas. Haverá portanto que assegurar a protecção dos navios mercantes que se destaquem (ou se juntem) dos combóios passando ao largo, digamos a 100, 300, ou mais quilómetros das nossas costas ou ilhas, com destino aos nossos portos.

Podemos estimar uma média de talvez 7 combóios, de 60 a 100 navios, permanentemente em trânsito na nossa área, exigindo cerca de 6 dezenas de navios anti-submarinos e outros tantos sofisticados aviões de patrulha marítima. É evidente que a contribuição portuguesa nunca poderá ir muito além de cerca de um décimo daqueles totais. A diferença terá de ser coberta com unidades de outros países membros, pois a maioria do tráfego em

trânsito destina-se a esses mesmos países (65% do que importa a Europa passa pela nossa área).

Por outro lado, o interesse da defeca marítima dos nossos principais portos, nomeadamente os de Lisboa e de Leixões, excede o interesse nacional. Com efeito, após uma hipotética troca de bombardeamentos nucleares estratégicos, os nossos portos, e talvez mesmo outros locais convenientes da da nossa costa, poderão servir como testa de ponte para desembarque de reforços para a Europa. No entanto, atingida a paridade nuclear Este-Oeste, os estrategos admitem a possibilidade de não haver guerra nuclear, falando-se cada vez mais em guerra convencional exclusiva.

Ao longo dos anos, o segundo objectivo da NATO, o da cooperação política, económica e social, tem sido relegado para segunda prioridade e só muito recentemente se vislumbra algum esforço sério em fazê-lo sobreviver⁽¹⁾. É justamente no campo daquela cooperação que a política seguida pelos EUA não tem sido a mais conveniente para a defesa integral do «Rimland». É demasiado conhecido que a Europa e o Japão constituem sérias ameaças aos interesses económicos americanos. Um jogo perigoso reside nas medidas que têm sido adoptadas para combater aquelas ameaças (dólar, petróleo, instabilidade, divisão, desequilíbrio, etc.). Está a tornar-se difícil ser ao mesmo tempo aliado militar e competidor económico.

A afinlandização da Europa poderá verificar-se, sem ser disparado um único tiro, se os países da Europa Ocidental consentirem num controlo soviético sobre os valores mais importantes das suas políticas internas e externas⁽²⁾. A tal situação poderá chegar-se se a União Soviética controlar as principais fontes de energia ou se o equilíbrio militar pender nitidamente favorável para aquele país.

Para não se chegarem a situações extremas desta natureza, a política estratégica do Ocidente e os seus instrumentos efectivos (diplomáticos, económicos, militares, culturais e até subversivos) têm de dimanar exclusivamente

(1) «No Soft Options» pelo Vice-almirante Sir Peter Hill-Norton.

(2) «The Geopolitics of the Nuclear Era» por Colin S. Gray, do Instituto de Hudson.

de um entendimento seguro de premissas apropriadas de pensamentos, declarações e acções ou, por outras palavras, torna-se necessária uma visão muito mais larga.

Setembro de 1979

Turíbio Pedro Abreu

Capitão-de-mar-e-guerra

Professor do Instituto Superior Naval de Guerra